



A agricultura familiar e o programa nacional de biodiesel

Retrato do presente, perspectivas de futuro

ONG Repórter Brasil
www.reporterbrasil.org.br
Centro de Monitoramento de Agrocombustíveis
www.reporterbrasil.org.br/agrocombustiveis
Novembro de 2010



Colheita do dendê na Amazônia: casos de concentração fundiária, violação dos direitos trabalhistas e desmatamento ameaçam inclusão de agricultores no programa de biodiesel
Foto: Repórter Brasil

Apresentação

Lançado em dezembro de 2004 com a meta de se tornar um exemplo de inclusão social da Era Lula, o Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB) completa seis anos de existência com resultados modestos nessa área.

A proposta inicial, conduzida pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), previa a produção do combustível a partir de culturas agrícolas típicas da agricultura familiar, como a mamona e o dendê. O biodiesel seria misturado ao diesel em parcelas ascendentes, até que atingissem 5% em 2013 – o B5, como é chamado. Esse prazo seria necessário para permitir a estruturação das cadeias de fornecimento da agricultura familiar, marcadas pela precariedade nas regiões Norte e Nordeste – justamente os focos do programa.

Ao final de 2010, porém, o número de agricultores familiares incluídos na cadeia produtiva do biodiesel deve chegar a 109 mil, quase a metade dos 200 mil previstos inicialmente. Além disso, mamona e dendê são itens minoritários entre as matérias-primas do biodiesel, bastante atrás da soja e do sebo bovino – origens de 80% e 15%, respectivamente, daquele combustível no país.

Na verdade, pelo menos no caso da mamona, nenhuma gota de biodiesel é produzida a partir dela. Com área plantada ainda pequena no país, essa semente é valorizada por outros setores da indústria, como a de lubrificantes, que paga mais pela tonelada de seu óleo. As companhias de biodiesel, entretanto, continuam comprando mamona, ainda que para revendê-la a outras empresas, pois assim se beneficiam dos incentivos fiscais do Selo Combustível Social¹.

Isso não significa que o PNPB, do ponto de vista de suas metas inclusivas, seja um fracasso ou esteja fadado a ele. As boas notícias também existem. O número de famílias integradas na cadeia produtiva do biodiesel, por exemplo, eleva-se desde 2009, como pode ser visto na tabela a seguir. A nova fase do programa é resultado da entrada da Petrobrás Biocombustível (PBio) no setor, que hoje opera usinas de biodiesel em Minas Gerais, Bahia, Ceará e Paraná, incentivando a inclusão da agricultura familiar.

Evolução do número de famílias no PNPB – Brasil

| Ano | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010* |
|--------------------|--------|--------|--------|--------|--------|---------|
| Número de famílias | 16.328 | 40.595 | 36.746 | 27.858 | 51.047 | 109.000 |

Fonte: SAF/MDA

* Estimativa

¹ Programa federal que garante benefícios fiscais e preferência nos leilões de compra de biodiesel às empresas que comprem determinadas quantidades de matérias-primas produzidas por agricultores familiares.

Com o aumento do número de famílias de agricultores envolvidas no PNPB, a apropriação por elas da renda da cadeia do biodiesel também tem aumentado. Em 2008, os leilões de compra de biodiesel no país organizados pelo governo movimentaram R\$ 2,45 bilhões, enquanto as aquisições de produtos da agricultura familiar pelas usinas alcançaram R\$ 276 milhões – 11,2% do total. Em 2009, quando os leilões movimentaram R\$ 3,6 bilhões, as aquisições subiram para R\$ 677 milhões – 18,8% do total. Isso significa que uma maior parte da massa de renda do setor está permanecendo na ponta mais sensível da cadeia – os agricultores familiares.

Se do ponto de vista de suas metas sociais o PNPB traz resultados frágeis, o mesmo não se pode dizer de suas metas produtivas. Nesse aspecto, ele superou todas as expectativas. Em menos de seis anos de existência do programa, dezenas de bilhões de reais já foram investidos para levantar, a partir do zero, um parque industrial hoje composto por 62 usinas em quinze Estados brasileiros, capazes de produzir 14,4 mil metros cúbicos do combustível por dia.

De acordo com a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), há ainda quatro novas plantas autorizadas para construção e outras nove em ampliação, o que elevaria a capacidade instalada total em 10,5%. Esse vigor empresarial, em boa parte ancorado em financiamentos de bancos públicos, permitiu a antecipação do B5 do ano de 2013, como inicialmente previsto, para o ano de 2010. Setores da indústria já defendem a elevação da mistura para 10%, ou seja, o B10 – o que seria possível em termos de capacidade produtiva. Caso isso aconteça, a economia de divisas com importação de diesel poderia dobrar – hoje, com o B5, é estimada pela ANP em US\$ 1,4 bilhão por ano.

Neste novo relatório do Centro de Monitoramento de Agrocombustíveis da ONG Repórter Brasil, será apresentada aos leitores uma perspectiva analítica do PNPB a partir dos interesses dos agricultores familiares: quais ajustes são necessários para que eles se incluam de fato na cadeia do biodiesel? Como a política pública pode ser aperfeiçoada? Como a Petrobrás Biocombustíveis pode colaborar com esse processo? Quais as reais possibilidades de sucesso de propostas governamentais para diversificar as matérias-primas do biodiesel? Quais as possibilidades de o dendê, cujo zoneamento foi lançado recentemente, representar um risco para a Amazônia e suas populações?

Ao longo do último trimestre, essas questões foram apresentadas a agricultores, representantes de governos, do setor empresarial privado, da Petrobras Biocombustível e de movimentos sociais. Com essa empreitada investigativa, a Repórter Brasil e seus parceiros – Cordaid, Fundação Doen e Solidaridad – desejam colaborar com a construção de políticas do ramo bioenergético realmente inclusivas no Brasil. O PNPB e o Selo Combustível Social, ainda que repletos de desafios, representam um passo importante no sentido da elaboração de políticas públicas ambiciosas do ponto de vista democrático. Mas, para que realmente cumpram seu papel na história, necessitam de que suas metas sociais, além das produtivas, também sejam cumpridas.

Um retrato atual do biodiesel brasileiro

A crise financeira da Brasil Ecodiesel, primeira companhia privada a investir maciçamente no biodiesel, com seis usinas, jogou o PNPB na berlinda em 2008. O governo federal contava com a empresa para incluir os agricultores familiares nas cadeias produtivas, sobretudo na região Nordeste. No entanto, sem conseguir comprar os percentuais mínimos da agricultura familiar para usufruir dos benefícios fiscais e privilégios nos leilões, a empresa perdeu o Selo Combustível Social². A debacle da então maior empresa brasileira de biodiesel se refletiu no número total de agricultores familiares incluídos no programa, que despencou 31% entre 2006 e 2008, para 27.858 famílias.

“Vivemos nosso inferno astral naquela época”, recorda-se Arnaldo Campos, diretor do Departamento de Geração de Renda e Agregação de Valor do MDA. “Em 2007, a Brasil Ecodiesel entrou no leilão com preços muito baixos para ganhar mercado. Mas a crise dos alimentos elevou os preços da matéria-prima. A empresa não tinha CPR (Cédula de Produto Rural) e acertos de venda antecipada para se proteger. As cadeias da agricultura familiar acabaram desmontadas”, explica ele.

A situação começou a mudar ainda em 2008, com a entrada da Petrobrás Biocombustível no mercado. Em julho daquele ano, a subsidiária para o setor de energia renovável da poderosa Petrobrás inaugurou sua primeira usina de biodiesel, em Candeias, na Bahia. No mês seguinte, começou a operar uma nova planta em Quixadá, no Ceará. Em abril de 2009, com a inauguração de uma terceira usina em Montes Claros, Minas Gerais, a companhia encerrou a primeira fase de seus investimentos que objetivavam, em um futuro próximo, colocá-la na liderança do setor de biodiesel no país.

Juntas, as três usinas têm capacidade de produzir 1.206 metros cúbicos do combustível por dia e são o primeiro passo dos investimentos de US\$ 1,5 bilhão reservados pela empresa para o setor até 2010. A estimativa é que pelo menos 55 mil agricultores familiares sejam incluídos como fornecedoras de matérias-primas para as operações. A última novidade é de maio de 2010. Naquela data, a Petrobras Biocombustível e a companhia privada SBSIOS inauguraram uma usina de biodiesel de Marialva, no Paraná. Cada empresa possui 50% do capital da nova planta, cuja capacidade de produção é de 353 metros cúbicos por dia.

A entrada desse poderoso ator não demorou a se fazer notar nas estatísticas. O número de agricultores familiares beneficiados no país aumentou 83% entre 2008 e 2009, para 27.858 famílias, e deve saltar, segundo o MDA, 291% entre 2008 e 2010, para 109 mil famílias. Outro dado que reflete alguma melhora na inclusão dos agricultores familiares é o das aquisições de produtos agrícolas. Conforme se nota na tabela a seguir, elas saltaram 145% entre 2008 e 2009, para R\$ 677,34 milhões, e devem subir, conforme projeções do MDA, 334% entre 2008 e 2010, para R\$ 1,2 bilhão.

² Além da Brasil Ecodiesel, perderam o Selo Combustível Social a empresa Agrenco, que fomentou agricultores familiares, mas não efetuou as compras compulsórias, e a CLV, que praticamente não fez aquisições da agricultura familiar e não realizou ações de fomento junto aos produtores. Para o MDA, a perda do Selo por parte de algumas empresas foi fundamental para restituir a credibilidade do programa.

Evolução das aquisições da agricultura familiar no PNPB (em milhões de R\$)

| 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 |
|-------|--------|--------|--------|----------|
| 68,57 | 117,50 | 276,54 | 677,34 | 1.200,00 |

Fonte: SAF/MDA

Com pouco mais de dois anos do mercado do biodiesel, a Petrobrás já ocupa no segundo lugar brasileiro em produção, atrás apenas da Granol, que possui uma unidade no Rio Grande do Sul e outra em Goiás, que, conjuntamente, são capazes de produzir 1.546 metros cúbicos do combustível por dia. Com o novo empreendimento, a Petrobrás planeja incentivar a inclusão de agricultores familiares paranaenses na cadeia do biodiesel.

De acordo com Arnoldo Campos, “a corrida dos biocombustíveis é uma maratona para a Petrobrás, e não uma de corrida de 200 metros rasos, como muitos acreditaram”. Segundo ele, a empresa faz uma aposta no futuro, pois tem fôlego para “trabalhar no vermelho e buscar o azul aos poucos”. Ele estima que os R\$ 90 milhões de prejuízo que a companhia apurou com suas operações de biodiesel em 2009 devam ser zerados em 2010, e possam virar lucro em 2011. A “sintonia política” entre MDA e Petrobrás Biocombustível colabora com esse processo – isso ocorre não apenas pela companhia ser uma estatal, mas por que seu atual presidente, Miguel Rosseto, foi ministro do Desenvolvimento Agrário entre 2003 e 2006.

É claro que o fortalecimento do PNPB nos últimos dois anos não ocorreu apenas por conta da entrada da Petrobrás no mercado. Nesse período, a própria burocracia do MDA ganhou corpo para gerir o programa. Se no início contava-se nos dedos o número de servidores dedicados a ele, hoje já há cerca de cem profissionais em campo cuidando da gestão das cadeias produtivas e outros 20 atuando dentro do ministério. A própria gestão do PNPB melhorou. Desde 2008, as usinas que possuem o selo combustível social utilizam um programa de computador para registrar os fluxos dos produtos oriundos da agricultura familiar. Através dele, o Ministério pode saber qual produto foi adquirido, quanto foi pago por ele e se houve ou não prestação de assistência técnica – como exige a lei.

Outra medida para fortalecer o programa – ao menos do ponto de vista produtivo – foi tomada pela ANP, ao realizar leilões de compra de biodiesel presenciais e não mais eletrônicos. Esta última modalidade, de acordo com análise³ do economista Georges Flexor, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), incentivava competição predatória entre as empresas, em um momento em que elas próprias estavam pouco estruturadas diante do estágio ainda embrionário do setor.

“Num contexto ainda marcado pela incerteza quanto ao desenvolvimento do mercado do biodiesel, as regras estabelecidas (...) incentivaram práticas de preços predatórias por parte das empresas, resultando em deságio importante nos primeiros leilões. Nos leilões seis e sete, por exemplo, o deságio médio foi de mais de 22%. Como a franje menos robusta da indústria não se sentia capaz de sustentar esse padrão de mercado, havia temor de quebra”, escreveu Flexor.

³ Flexor, Goerges. “O programa nacional de biodiesel: avanços e limites”. Junho de 2010.
http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=16702

Ao realizar leilões presenciais, o deságio médio nos dez leilões seguintes não ultrapassou 8,4%. Além disso, a ANP elevou os preços de referência já a partir do sexto leilão, realizado no segundo semestre de 2007, melhorando as condições de lucratividade da indústria. Em 2010, os leilões voltaram a ser eletrônicos, entretanto, segundo o economista da UFRRJ, “o ajuste promovido no momento de maior incerteza quanto ao futuro da oferta de biodiesel revelou-se estratégico para o sucesso produtivo do programa”.

Um ajuste que ainda não foi conquistado diz respeito à diversificação das matérias-primas do biodiesel. Esse elemento é considerado fundamental para garantir a inclusão de diferentes produtores ao PNPB – como os de mamona e dendê –, e permitir que haja uma reserva de óleo como segurança no caso de uma alta repentina do óleo de soja. No entanto, mesmo no caso dos fornecedores da agricultura familiar, o absoluto predomínio é dos produtores de soja, como pode ser visto na tabela a seguir.

Diversificação por movimentação financeira (R\$) dos produtos adquiridos da agricultura familiar no PNPB

| | Soja | Mamona | Dendê | Outros |
|------|--------|--------|-------|--------|
| 2007 | 99,09% | 0,04% | 0,87% | 0,00% |
| 2008 | 96% | 2% | 1% | 1% |
| 2009 | 95,20% | 4,00% | 0,40% | 0,44% |

Fonte: SAF/MDA

A facilidade com que produtores de soja se inserem na cadeia do biodiesel, por ser este um setor altamente consolidado, é revelada pela tabela a seguir, que indica o predomínio de famílias sulistas no PNPB, onde a soja é predominante.

Distribuição do número de famílias participantes do PNPB por região – 2009

| Sul | Nordeste | Centro-oeste | Sudeste | Norte |
|-------|----------|--------------|---------|-------|
| 57,1% | 34,7% | 5,0% | 2,9% | 0,4% |

Fonte: SAF/MDA

Apesar disso, o governo federal diz que tem motivos para comemorar. As aquisições de mamona, por exemplo, estão aumentando. Conforme o MDA, eram de R\$ 3,2 milhões (produção vinda de oito mil hectares) em 2007, subiram a R\$ 5,1 milhões (13 mil hectares) em 2008, a R\$ 27 milhões (43 mil hectares) em 2009, e devem chegar a R\$ 48 milhões (72 mil hectares) em 2010. Segundo a Conab, havia no total 142 mil hectares de mamona plantados no Brasil em 2009.

As aquisições de outras culturas também avançaram, informa o MDA. As companhias de biodiesel compraram canola proveniente de nove mil hectares em 2008, de 15 mil em 2009, e esse número deve chegar a 22 mil em 2010. De girassol, as empresas compraram o

produto de 300 hectares em 2008, de 1,3 mil hectares em 2009, e devem adquirir de 5,1 mil hectares em 2010. De gergelim, compraram o produto de 300 hectares em 2009, e devem adquiri-lo de 3,2 mil hectares em 2010. E as aquisições de dendê devem ter origem de 1,5 mil hectares em 2010. Sem dúvida, os dados indicam um avanço. Mas ainda muito pequeno frente às necessidades de inclusão dos agricultores familiares.

A visão dos agricultores familiares

Uma análise do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel por parte dos agricultores familiares demonstra que a iniciativa certamente já rendeu importantes avanços, como o surgimento de um novo mercado, a geração de empregos e renda e o estabelecimento de melhores preços, além de melhorias na organização e produção dos agricultores.

É patente, contudo, que eles querem mais. Mais autonomia e participação nas decisões e etapas da cadeia produtiva, mais diversificação nas matérias-primas para a produção do biodiesel, mais diferenciação entre o modelo adotado por eles e pelas grandes empresas e mais apoio do governo e da iniciativa privada.

Para que as perspectivas se confirmem, fica evidente a importância de trabalhadores organizados nas mais diversas formas de associação – com as quais as empresas e governos deverão dialogar e estabelecer as parcerias.

No Piauí, por exemplo, onde o programa de biodiesel gerou grandes esperanças (e enormes decepções), a expectativa é de que o diálogo com a Petrobras Biocombustível (PBio) permita que os agricultores familiares se reinsiram na cadeia produtiva do biodiesel. E desta vez de forma consistente.

Claudionor Vieira, o Neguinho, dirigente do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) no Piauí, explica que o movimento está em tratativas com a empresa, uma vez que existe a perspectiva de ampliação das parcerias da PBio com os pequenos agricultores para atender a capacidade instalada da usina de Quixadá, no Ceará. A possibilidade inicial é de que Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco sejam incluídos, sendo que a inclusão de Pará e Maranhão estaria em análise também.

Consultada pela Repórter Brasil seus projetos nos Estados, a assessoria de comunicação da PBio informa que a parceria com os agricultores iniciou-se em 2008 no Rio Grande do Norte e em 2009 no Piauí. Em Pernambuco e na Paraíba, a empresa já começou a implantar núcleos de produção com agricultores familiares. Por ora, não há projeto previsto para o Maranhão. E no Pará a PBio possui dois projetos para utilizar óleo de palma como matéria-prima para produção de biodiesel.

O primeiro prevê a construção de uma usina de biodiesel no Estado, com capacidade de 120 mil metros cúbicos por ano, para o abastecimento da região norte do país. Os pólos de produção agrícola serão nos municípios de Mocajuba, Baião, Igarapé-Miri e Cametá. O viveiro para produção de mudas de palmas está em fase de implantação. O segundo projeto trata-se da fabricação de biodiesel em Portugal para o mercado ibérico. Está prevista a produção de 300 toneladas por ano de óleo de palma. Os pólos de produção estão sendo desenvolvidos nos municípios de Tomé-Açú e Tailândia. A fase de plantio deve iniciar-se em janeiro de 2011.

Aprendizados e mudanças

No Piauí, a única experiência dos pequenos agricultores na cadeia do biodiesel foi com a Brasil Ecodiesel. O modelo adotado derrocou. Em lugar da esperança de uma vida melhor, as famílias que se envolveram tiveram de lidar com a frustração, os prejuízos, e, em alguns casos, com tempos de fome e miséria.

“A Brasil Ecodiesel fechou e não foi por falta de aviso”, ressalta Claudionor Vieira, do MST. Segundo ele, existem algumas experiências funcionando no Estado atualmente, sem escala. Mamona é a principal cultura, o girassol é residual. A demanda das usinas tem sido basicamente pela soja, até pela baixa produção das outras culturas.

Para o dirigente do MST, “o modelo começou errado”, baseado na superexploração do trabalho dos agricultores, no endividamento familiar e na monocultura. “Chocava-se frontalmente com a nossa concepção de agricultura familiar e camponesa”. Vieira avalia que do modelo de produção verificado nas parcerias iniciais “não se aproveita nada”. Ou melhor: “aproveita-se a comprovação de que esse modelo não se aproveita de forma alguma. Nem do ponto de vista ambiental, nem do social e nem do econômico”.

Na região da usina da Petrobras em Quixadá (CE), o MST desenvolve os projetos com a empresa já levando em conta boa parte dos ensinamentos advindos da experiência no Piauí. Iniciada em 2007, a produção contava primeiramente com cerca de 300 produtores, em quatro municípios. Em 2008, a quantidade de famílias envolvidas passou para 1.600, chegando a pouco mais de 3.300 em 2010. “São famílias, de várias regiões, sobretudo do Sertão Central, Sertão do Canindé e Sertão dos Inhamus, áreas mais secas e onde há mais assentamentos no Estado”, explica Antonia Ivoneide Melo Silva, a Nenê, do Assentamento 25 de Maio, na cidade de Madalena, dirigente do MST-CE.

Os agricultores trabalham com mamona e girassol, e se organizam em uma cooperativa, que trabalha em parceria com a PBio. Em 2009, a Cooptrace (Cooperativa de Trabalho das Áreas de Reforma Agrária do Ceará) comercializou cerca de um milhão de toneladas de mamona junto à empresa. O girassol não conta com mais de 100 famílias adeptas da cultura. “Ainda é pouco conhecido, e recente no uso por parte do movimento aqui”, diz Nenê.

A assentada explica que o movimento trabalha com a perspectiva de não implantar o monocultivo nas propriedades das famílias, nem substituir as culturas de alimentos por oleaginosas. Em média, a área destinada às culturas de biocombustíveis é de dois hectares. “Avaliamos que deve haver um limite de três hectares dessas culturas nas terras de cada família”, destaca, ressaltando a importância de o cultivo ser consorciado com outras culturas, como feijão e milho. “Utilizamos também a mandioca, gergelim e algumas frutas, como o caju, que pode ser consorciado com o girassol”.

No projeto capitaneado pela Cooptrace, o respeito às questões ambientais e o vínculo com a agroecologia são vistos como essenciais. “E defendemos que haja participação dos agricultores em todo o processo, via cooperativa”.

Nenê explica que a cultura da mamona “tem se destacado pelo uso baixo, quase zero, de agrotóxicos e agroquímicos em geral”, exigindo, em alguns casos, mais adubo (calcário) do que em outras áreas. Segundo ela, alguns produtores já possuíam uma tradição e conhecimento no plantio da mamona, além de existirem solos na região mais adequados. “Tanto para esses quanto para os que começaram agora, a mamona gerou fonte adicional de renda”, diz, explicando que, mesmo no caso dos que não ampliaram a produção, o mercado de biodiesel gerou alguma renda. Com o novo mercado, o preço ficou melhor.

A produtividade da cultura ainda é considerada baixa. Em algumas áreas no Ceará, chega a mais de 1.000 kg por hectare, em outras fica entre 200 e 300 kg, o que não gera uma renda relevante. Devido principalmente à seca, o ano de 2010 foi ruim para a mamona no Estado – ao contrário de 2009, que trouxe uma boa renda aos agricultores. A melhoria impediu, por exemplo, que os produtores em 2010 tivessem que vender seus bens, como animais de criação.

Apesar dos avanços, que tem feito o número de agricultores ligados ao projeto crescer, os desafios do biodiesel no Ceará não são poucos. Os agricultores avaliam que é preciso ampliar a estrutura e insumos disponíveis. Melhorar o acesso aos bancos e créditos do Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) – o que depende da obtenção de DAPs (Declaração de Aptidão ao Pronaf) junto ao MDA. Hoje, cerca de um terço das famílias envolvidas conta com o registro.

Além disso, o zoneamento agrícola para o Ceará precisa ser aprimorado. As regras determinam o plantio do começo do ano, mas a chuva na região de Nenê chega em março, quando o prazo estabelecido no zoneamento já se encerrou. “Com isso, não temos acesso ao crédito. Estamos em diálogo com o Ministério da Agricultura e o MDA”, diz

Nenê destaca, ainda, a necessidade de melhorar a produtividade da mamona, para que a produção possa realmente ir para o biodiesel. Com o preço atual do óleo, muito valorizado, acaba sendo utilizado por outras indústrias, como a de cosméticos e aviação, tornando-se difícil que vá para o biodiesel. É necessário, por fim, alternativas quanto a o que fazer com a torta da planta, bastante tóxica.

“Sem resolvermos essas questões, fica inviável a cooperativa assumir o esmagamento”, explica Nenê. Ou seja, uma maior soberania e apropriação do ciclo por parte dos pequenos

agricultores demanda a superação de tais desafios. “Com o girassol, poderia ser mais interessante, mas a produção é baixa. Já existem, porém, discussões no sentido de assumirmos essas etapas”.

Dilema na Bahia



Na Bahia, onde a PBio conta com uma usina em Candeias, a produção dos agricultores parceiros da empresa está concentrada na região da Chapada Diamantina, com destaque para o município de Itaitê. Assim como no Ceará, a possibilidade de os produtores assumirem o esmagamento é um horizonte. Na Bahia, porém, “existe um dilema quanto ao esmagamento dos grãos, não aceito por parte da PBio”, explica Julio César Vasconcelos Campos, do MST.

Segundo ele, as famílias avaliam a possibilidade de, caso a empresa não concorde com o novo modelo, adquirir os equipamentos e organizar o processo por conta própria. Hoje, há cerca de 1.400 famílias ligadas ao movimento envolvidas na produção de matéria-prima para a usina, em dez municípios.

A meta é chegar a três mil famílias envolvidas, com o limite de três hectares de cultivo voltado ao biodiesel, e apostando sempre na diversificação. A cultura para o biodiesel é basicamente a da mamona, consorciada com milho e feijão.

A parceria com a empresa estrutura a assistência técnica aos produtores e o fornecimento de sementes, ao passo que o movimento assume o compromisso de vender a produção para a PBio, que garante os preços. “Trabalhamos a organização e inserção do agricultor no programa. Escolhemos os técnicos, e a assistência se dá por meio deles e dos dirigentes das cooperativas”, relata ele.

Entre as grandes vantagens para os agricultores, Campos destaca que a Petrobrás é uma opção ao atravessador, e que houve melhora do preço – passou de cerca de 50 reais para até 80 reais por saca de 60 kg. Além disso, nos anos em que a chuva escasseia, e a produção do milho e feijão se perde, a mamona costuma apresentar melhores resultados.

A expansão gradativa no plantio da mamona tem gerado melhorias nas demais culturas (o milho e feijão são cultivados na mesma área), pela renda adicional e novos investimentos gerados. Na realidade das famílias, os ganhos permitem a elas, por exemplo, comprar animais para a produção de leite ou ovos.

Os agricultores colhem a mamona ao longo de três safras anuais, à proporção de 25%, 50% e 25%, chegando a um total de cerca de 500 kg por hectare. É uma média obtida num cenário que ainda guarda dificuldades com pragas, clima e solo. “Com melhorias, podemos chegar a 1.000 kg”, afirma ele.

Quanto aos ajustes, Campos defende que o programa ganhe musculatura, com aquisição de maquinário e contratação de mais pessoas para contribuir na organização das famílias. “Não queremos que se prenda à mamona. Queremos que as cooperativas passem a contribuir com as outras culturas”. Com mais estrutura e produtos de melhor qualidade, a comercialização tende a se ampliar.

O dirigente afirma que os agricultores não pretendem permanecer somente no contrato de entrega de matéria-prima do grão, intentando passar a fornecer o óleo – e ficando com a torta para outros usos, como adubação do solo e outros subprodutos. “Queremos ajuda da empresa para estruturar isso, mas sentimos uma certa resistência”, ressalva. “Vamos buscar outros apoios se for preciso”.

A PBio afirma que a implantação de esmagadoras por agricultores exige cuidado. “Como o aporte de recursos para a instalação de uma esmagadora é muito elevado, destacamos que as organizações da agricultura familiar devem analisar criteriosamente se existe produção de grãos em escala e alternativas de mercado que justifiquem esse investimento”, diz a assessoria da companhia.

Idas e vindas em Minas Gerais

Além das usinas na Bahia, Ceará e Piauí, a PBio conta ainda com uma unidade em Montes Claros, no norte de Minas Gerais. Na região, a dificuldade em estruturar a produção e a falta de incentivo para os agricultores assumirem outros itens da cadeia se coloca como o

principal limite ao avanço de parcerias. A análise é de Cledinei Carneiro Zavaski, engenheiro agrônomo do MST-MG. Segundo ele, “a linha de relacionamento da PBio caminha em sentidos divergentes a tais elementos, o que limita as parcerias e a inclusão social que ela pode efetivar”.

Zavaski, mais conhecido por Nei, faz parte da Cooperativa Camponesa Veredas da Terra e explica que os agricultores familiares locais não cultivam as oleaginosas comumente. “Assim, é preciso que sejam incentivadas, além de estarem inseridas em modelos produtivos de convivência com o semi-árido”. A agricultura familiar local é voltada ao auto-consumo, com pouco acesso aos meios de produção. Ele considera ser necessário um subsídio inicial e o apoio à organização e agroindustrialização da produção primária.

Zavaski registra que o programa com a PBio apresentou uma primeira fase na qual a construção de parcerias com as entidades se fazia mais forte. Havia apoio à mobilização dos agricultores e fomento ao cultivo das oleaginosas em consórcio com alimentos. Num segundo momento, contudo, ele afirma que a parceria alterou-se, restando a política de preços mínimos e assistência técnica – exigências para a obtenção do Selo Social. “Ademais, fechou-se a possibilidade do esmagamento sob controle dos agricultores, alegando-se por vezes incapacidade dos mesmos em gerenciar agroindústrias”, explica.

Para Zavaski, após um início em que PBio e organizações locais atuaram em sintonia, a empresa alterou sua política. Passou-se ao incentivo à integração dos agricultores, com o esmagamento monopolizado pelos grupos privados. Com as parcerias não sendo renovadas, a unidade de Montes Claros tem utilizado matéria-prima proveniente essencialmente de grandes produtores. “Estão abertos canais de negociação, porém pouco se tem avançado para novas parcerias”, destaca. Para ele, uma mudança de postura da PBio será fundamental para alterar o quadro. Apoiar a autonomia dos agricultores no controle de parte da produção, ao menos até o esmagamento, seria um dos aspectos a se considerar. “Aumentaria a margem de renda dos agricultores e seria um incentivo ao maior cultivo e ao associativismo e cooperativismo”.

Consultada sobre as críticas às suas operações em Minas, a PBio informou à Repórter Brasil que os contratos assinados tem um prazo de vigência por cinco anos. “Os nossos registros indicam que o número de contratos de aquisição de grãos e de prestação de serviços com essas entidades segue crescendo, visando atingir as metas da Petrobras Biocombustível. Nas relações comerciais, a empresa segue o estabelecido em contrato”, diz a assessoria da PBio.

A companhia informa que possui contratos para a aquisição de soja, mamona e girassol de agricultores familiares e que atende aos requisitos do selo combustível social, buscando o suprimento de pelo menos 30% de sua usina, com matéria prima produzida pela agricultura familiar. “O planejamento para suprimento com óleo vegetal nas usinas de biodiesel leva em consideração a capacidade produtiva das entidades e agricultores familiares contratados, com base no 4º laudo de Assistência Técnica (medição dos serviços de assistência técnica) e o complemento é realizado por meio de aquisições no mercado de óleos”, diz a empresa.

Organização e desafios no Sul

No Rio Grande do Sul, na região de Palmeira das Missões, o modelo das cooperativas aponta conquistas importantes para os trabalhadores – que também enfrentam desafios para ampliá-las. Romário Rossetto, dirigente da Cooperbio e do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) conta que 75 famílias estão inseridas no projeto de cultivo do tungue voltado ao biodiesel. A área plantada hoje, que envolve também agricultores ligados à Cooperfumos, é de aproximadamente 250 hectares, distribuídos em cerca de 30 municípios. O plantio destina-se também ao aproveitamento da torta do tungue (para adubo do solo e alimentação animal). Junto ao tungue, os agricultores também cultivam eucalipto para lenha, além de outras árvores, sobretudo frutíferas.



Em Cerro Grande (RS), Gélío Suptiz e Rossetto, do MPA: diversificação e soberania energética. Foto: Repórter Brasil (julho de 2008)

A Cooperbio possui, também, parceria com a PBio, voltada à compra de soja. “Vendemos 420 mil sacas nesta safra”, destaca Rossetto, explicando que a Cooperbio tem contrato para venda de 420 mil sacas, e a Cooperfumos de outras 100 mil sacas. A produção é adquirida pela unidade da PBio na Bahia. A empresa oferece bônus de um real por saca produzida

para o biodiesel. A Cooperbio compra dos agricultores e vende para as empresas, e os agricultores são todos cooperados da Cooperbio e ligados ao Pronaf.

As duas cooperativas estudam a possibilidade de vendas à usina Delta, do Mato Grosso, para fornecimento de 1,1 milhão de sacas de soja em 2011. De acordo com Rossetto, na região de atuação da Cooperbio (composta por 63 municípios) a agricultura familiar responde pela produção de cerca de 51% da soja. No Estado, as propriedades com até 50 hectares respondem por 33% da soja.

No horizonte da Cooperbio, ao lado do avanço do tungue e outras culturas, está a perspectiva de substituir gradativamente a soja. Ao mesmo tempo, existe a expectativa de ativar um sistema de produção de etanol por meio de micro-destilarias e de uma unidade central retificadora. A Cooperfumos, por sua vez, está concluindo a implantação de uma usina de óleo.

Desde o início do PNPB, os agricultores têm a expectativa da instalação de uma usina da PBio na própria região. A estratégia da empresa até agora, contudo, tem focado a ampliação da produção no Nordeste, consolidando as usinas instaladas. O projeto no Sul não parece ter avançado nem regredido nos últimos anos. A demora na instalação de uma unidade no Rio Grande do Sul, contudo, fez com que usinas privadas avançassem e ocupassem potenciais espaços.

Para Rosseto, a nova configuração política do Estado fortalece e amplia as chances de chegada da PBio. “Não tivemos nenhum apoio, em nenhum momento, do governo do Estado”, destaca ele, ressaltando que o novo governo, com a eleição, em 2010, do petista Tarso Genro, poderá criar a secretaria estadual de Desenvolvimento Rural e Cooperativismo.

Também no Rio Grande do Sul, a Unaic (União das Associações Comunitárias do Interior de Canguçu) conta com um programa de produção para o biodiesel, com 150 famílias em onze municípios. “O programa encolheu estrategicamente”, explica André Santos, presidente da Unaic. “Chegamos a ter 800 famílias”. O pólo do projeto é Canguçu, onde existem 14 mil pequenas propriedades. “É a maior quantidade de minifúndios em um município da América Latina”, gaba-se.

De acordo com Santos, o programa, iniciado em 2006, foi diminuído “pela necessidade de se dar maior autonomia à agricultura familiar no processo e depender cada vez menos das compras das grandes empresas”. O excesso de produção é vendido quase todo para as indústrias, como a gaúcha Oleoplan. A auto-sustentabilidade – em todos os aspectos – é outro objetivo. A mamona é a base da produção, rendendo cerca de 1.400 kg por hectare. O girassol, utilizado em menor escala, rende 1.000 kg. E a soja produz 1.900 kg. “A cultura mais rentável é, sem dúvida, a mamona”, avalia. Cada produtor de mamona destina entre dois a três hectares à cultura. Os que se dedicam à soja plantam em áreas um pouco maiores. Santos estima que 95% do biodiesel gaúcho venha da soja. Canola, mamona e girassol viriam em seguida, nessa ordem.



*Produtividade da mamona no Sul chega a 1,4 mil kg por hectare
Foto: Repórter Brasil*

No caso do girassol, existe comercialização para empresas menores. “Óleo de girassol para caminhão? É quase um absurdo!”, afirma Santos. Para ele, “o mercado de biodiesel pode ser uma válvula de escape, uma possibilidade quando há excesso de oferta, mas não ser o centro da comercialização e produção”. A crescente demanda gerada pela merenda escolar também tem criado alternativas – sobretudo após a aprovação da lei federal que prevê que ao menos 30% da merenda seja comprada da agricultura familiar.

Santos destaca que a Unaic está trabalhando em alternativas, por exemplo, para o esmagamento dos grãos por parte dos próprios agricultores, com o aproveitamento do farelo e do óleo. Mas as esmagadoras disponíveis no mercado destinam-se essencialmente a grandes empreendimentos. A Unaic iniciou, ainda, trabalhos com o etanol, testando a batata-doce e cana. E mantém um processo com a Embrapa e a Universidade Federal locais para ter autonomia na produção de sementes – para uso próprio e venda posterior.

Assim como no Nordeste, os problemas da Brasil Ecodiesel geraram impactos sobre a Unaic, que mesmo assim assegurou seu projeto entre aqueles com maior experiência e longevidade no setor. A avaliação de Santos é que o PNPB precisa evoluir no sentido de afastar a dependência dos agricultores familiares das grandes empresas. “Elas não têm interesse de comprar da agricultura familiar. Só compram uma parcela mínima, para garantir algumas questões e com muita pressão”. Para ele, a atual configuração cria confusão entre os modos de funcionamento da agricultura familiar e do agronegócio.

“A agricultura familiar tem condições de ocupar nichos do mercado, como a produção orgânica, ou o fornecimento dos melhores produtos”. Santos destaca que o PNPB permitiu, já, a abertura de novas oportunidades. Graças ao programa, “surgiu a possibilidade de investimentos na mamona na nossa região, o desenvolvimento de tecnologias, a busca de outros mercados e a rotação de culturas”. Segundo ele, melhorias também se deram na implantação de novas técnicas, ao lado de avanços políticos e de organização. “A Unaic mesmo criou uma cooperativa na área de bioenergia, a Cooperativa União”.

O envolvimento do governo federal, diz Santos, foi positivo, “mas há muito para se aperfeiçoar, especialmente no relacionamento com as empresas e na diversificação das culturas, com o incentivo a outras que não a soja”. O governo estadual, por sua vez, não teve participação, e “fez muita falta”.

No Paraná, Richardson de Souza, do programa de bioenergia da secretaria estadual de Agricultura e Abastecimento, destaca ter havido avanços nas parcerias dos agricultores familiares com as usinas construídas no Estado, como a BSBios-Petrobrás, em Marialva, a Biopar, em Rolândia⁴, e a Oleoplan, em Ponta Grossa. “Estamos trabalhando para essa aproximação, sobretudo por meio das organizações, principalmente cooperativas”.

Para as parcerias com as cooperativas ocorrerem – no sentido de as empresas compradoras poderem aderir ao selo Combustível Social –, ele explica que a entidade deve possuir CNPJ de agricultura familiar, com pelo menos 70% dos integrantes ligados ao Pronaf. “Temos um cooperativismo muito forte, mas ainda com poucas cooperativas consideradas de agricultura familiar”.

A secretaria possui um projeto envolvendo uma grande gama de atores – da Copel (Companhia Paranaense de Energia) a cooperativas de agricultores, passando pelo poder público. A proposta teria os trabalhadores no centro, com apoio da Copel e da secretaria, e com a prefeitura de São Jorge do Oeste fornecendo o terreno para instalação da usina de biodiesel. O projeto depende de um acordo entre a Copel e as cooperativas, para que se definam os termos do convênio e o desenho institucional a ser dado à administração por parte dos agricultores – que podem criar um ente específico para a empreitada.

O representante da secretaria confia na viabilidade do projeto. “Está tecnicamente testado, com os devidos encaminhamentos junto à ANP e ao governo estadual, inclusive quanto aos incentivos tributários”, diz. Resolvida a questão das contrapartidas, o projeto deve ganhar vida própria – mesmo com a mudança de governo estadual, com a eleição de Beto Richa, do PSDB. “Pode haver algum ajuste nos parceiros, mas acredito no avanço ainda nesse ano ou início do próximo”, conclui.

⁴ Ainda em Rolândia, o grupo Bigfrango conta com uma usina de biodiesel, produzido a partir da gordura dos animais abatidos na empresa. O combustível é destinado a consumo próprio na frota de caminhões da indústria.

Amazônia: a nova aposta no **dendê**



Depois do Zoneamento Agroecológico (ZAE) da Cana, publicado em setembro de 2009 para alavancar a produção do etanol, em abril de 2010 o governo federal publicou, em forma de decreto presidencial, o ZAE do dendê ou da palma de óleo, de olho na promoção do biodiesel. Concomitantemente ao lançamento do zoneamento, o governo divulgou duas medidas complementares para nortear o processo de expansão da palma: um projeto de lei (PL) (<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/773364.doc>) para regulamentar aspectos ambientais, e um programa de incentivos à produção – o Programa de Produção Sustentável de Palma de Óleo –, com peso na inclusão da agricultura familiar na cadeia produtiva.

Uma das oleaginosas mais consumidas e polêmicas do mundo, o dendê tem sido sistematicamente denunciado por ONGs ambientalistas e sociais por promover desmatamentos e expulsão massiva de pequenos agricultores em países como Indonésia, Malásia, Papua Nova Guiné, Filipinas, Camarões, Uganda, Costa do Marfim, Camboja, Tailândia, Colômbia, Equador, Peru, Guatemala, México, Nicarágua e Costa Rica.

Para se precaver, em âmbito doméstico, contra as críticas que se amontoam sobre a cultura a nível internacional, o governo brasileiro buscou embutir em seus programas algumas precauções. Do ponto de vista ambiental, tanto o Zoneamento quanto o PL e o Programa de Produção Sustentável de Palma de Óleo estabeleceram limitações geográficas e de manejo

para o dendê, como a "vedação de supressão, em todo o território nacional, de vegetação nativa para o plantio de palma". Ou seja, de acordo com a regulamentação proposta pelo governo, ficaria proibida "terminantemente a derrubada de vegetação nativa para o plantio de palma de óleo" – a cultura só seria permitida em terras desmatadas até 2007, indicadas pelo sistema Prodes do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais –, e unidades de conservação e terras indígenas seriam zonas de exclusão do cultivo da palma.

Já em relação à agricultura familiar, o governo federal estipulou uma meta de 10 mil famílias a serem incluídas na cadeia produtiva do dendê nos próximos quatro anos, previu a geração de 23 mil empregos agrícolas na cultura, criou novas condições de financiamento e tem direcionado os esforços da regularização fundiária na Amazônia – em especial no Pará – para regiões aptas à dendeicultura, além de negociar com empresas e investidores critérios de contratos de integração com os agricultores familiares.

Projetos de integração

Maior produtor de dendê do país, o estado do Pará é o principal parceiro do governo federal na implantação do projeto de expansão da dendeicultura na Amazônia. No rastro do programa federal, o governo paraense pretende ampliar a área plantada dos atuais 90 mil hectares para 210 mil hectares até 2014, envolvendo 44 municípios nas regiões do Baixo Tocantins e de Moju a Tomé Açu. Ainda de acordo com o governo estadual, o objetivo é integrar 14.500 médios e grandes produtores e 13 mil agricultores familiares à dendeicultura até 2014.

Em relação à agricultura familiar, a princípio o Programa de Produção Sustentável de Palma de Óleo do governo federal estipulou um limite máximo de 10 hectares de cultivo para cada família. O financiamento será via Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), e prevê empréstimos de até R\$ 65 mil, com juros de 2% ao ano e prazo de até 20 anos para quitação. Médios e grandes produtores terão crédito de até R\$ 300 mil, com juros de 6,75% ao ano e até 18 anos para quitação.

Entre os pequenos agricultores, no entanto, ainda existem dúvidas sobre o financiamento. Segundo lideranças comunitárias de Bujaru e Concórdia, dois dos municípios-polo do dendê, cerca de 85% dos agricultores da região estão inadimplentes com o Pronaf e, em tese, não poderiam acessar novos financiamentos. Estas dívidas, segundo a Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetagri), atingem grande parte dos agricultores de ao menos 70 municípios do Pará.

O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), responsável pelas políticas federais de incentivo à palma, garante que as dívidas de pequenos produtores que querem aderir ao dendê poderão ser renegociadas. Ou seja, a partir da celebração de acordos de parceria com uma empresa, os débitos pendentes serão adicionados ao valor do empréstimo para o plantio de dendê (até R\$ 65 mil), o que muitas vezes tem causado mais medo do endividamento do que segurança para acessar os recursos.

Experiência pioneira

O primeiro pacote de contratos de parceria e integração envolvendo pequenos agricultores no Pará foi firmado entre a empresa Agropalma e 185 famílias das comunidades de Arauaí e Soledade, e do assentamento Calmaria I, no município de Moju. Em 2002, 50 famílias de Arauaí fizeram os primeiros plantios em 10 hectares cada, seguindo-se 50 famílias de Soledade em 2004, mais 50 famílias de Arauaí em 2005 e 35 famílias em Calmaria I em 2006, totalizando 1850 hectares plantados.

O modelo de integração da Agropalma, que firmou um contrato de compra do dendê de 25 anos, inclui parte do financiamento inicial da cultura. Com isso, a dívida dos agricultores junto ao Banco da Amazônia para financiar a manutenção das famílias nos três anos de improdutividade inicial do dendezeiro foi de R\$ 18 mil, valor que vem sendo abatido mensalmente do pagamento pela produção e deve ser quitado até 2013.

De acordo com os produtores de Arauaí, do ponto de vista financeiro os resultados tem sido díspares na comunidade. Do total da renda advinda da produção do dendê, 25% são retidos no banco para quitação do financiamento, e 25% para o pagamento da adubação do dendezal, fornecida pela empresa. Ou seja, até o acerto do débito no banco, 50% do total do rendimento da família são retidos. Após a quitação, o agricultor continuará arcando com os descontos referentes à adubação (ou seja, receberá apenas 75% do que o dendê lhe render).

A depender da dinâmica de cada família e do número de membros dedicados ao cultivo do dendê, o rendimento mensal é diverso. Maior caso de sucesso da parceria com a Agropalma, a agricultora Benedita Almeida do Nascimento já quitou as suas dívidas e seus ganhos variam de R\$ 900 a R\$ 3 mil ao mês, de acordo com o estágio da safra.

Entusiasta do programa, Benedita conta que, antes do plantio de palma, chegou a pensar em abandonar o lote porque “o manejo da agricultura familiar era muito penoso”. “O dendê caiu do céu, foi uma benção. Meu pai tinha uma área grande aqui, de 500 hectares, mas depois falaram que esta terra era do Estado. Achávamos que a terra era nossa, mas depois falaram que nós éramos posseiros. Então o governo titulou 50 hectares para cada família do projeto, a Agropalma deu R\$ 7 mil pra cada um para abrir seu lote, derrubamos, queimamos e roçamos o mato, e a empresa deu as mudas. Fiz um bocado de força, trabalho sete dias por semana, e não gosto de parar nem aos domingos. Eu acho que quem não vinga no dendê é porque não gosta de trabalhar”, afirma a agricultora.

Apesar das queixas sobre as dificuldades no manejo das lavouras de culturas alimentares, Benedita tem sido capaz de manter as atividades produtivas concomitantemente à dendeicultura. Além da roça de mandioca, açaí e outros, ela desenvolve uma pequena criação de aves e de gado, e faz planos para aquisição de novos lotes e para aumentar seu rebanho bovino. “Planto mais para comer, mas vendo a farinha no mercado. Estou bem, graças a Deus, mas isso é porque trabalho muito”, conta.



Benedita comemora o dendê, mas mantém o cultivo de açaí
Foto: Repórter Brasil

Já para a família de dona Maria Conceição de Oliveira e de seu filho Sergio, os resultados não são considerados bons. “Até hoje não conseguimos juntar dinheiro para comprar uma moto”, diz Sergio. Somando os descontos de 50% da produção que são retidos para quitação das dívidas e pagamento do adubo, a família ainda tem outros gastos extras, explica o agricultor, como a poda do dendezal – “a poda tem que ser feita por especialistas, gastamos cerca de R\$ 800” -, o frete do transporte que leva a produção à empresa e o pagamento de pessoas para aplicar veneno na área para controlar o mato. “No final do mês, acabam sobrando 400, 500 reais. Isso para uma família de 13 pessoas não dá”.

Segundo dona Maria, outra dificuldade é a imposição do ritmo de trabalho por parte da empresa. “Quando eles trazem o adubo, temos obrigação de aplicar. Se não fizer o que eles mandam, se não passar veneno ou podar, eles seguram o nosso dinheiro no banco. Aqui tem cinco fiscais (técnicos da empresa) que ficam controlando tudo”, diz a agricultora. Sua família é uma das que não manteve as roças de culturas alimentares “porque não dá para fazer as duas coisas ao mesmo tempo”.



*Dona Maria não conseguiu comprar uma moto com o dinheiro do dendê
Foto: Repórter Brasil*

Ainda não existem avaliações conclusivas sobre os resultados econômicos do projeto ou sua influência sobre a produção de alimentos, mas dados preliminares de um estudo realizado por pesquisadores da Escola de Agronomia Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo (Esalq/USP) apontam que, entre as famílias com maior produtividade no projeto, 32% não exercem outra atividade agrícola. Entre as famílias com menor produtividade de dendê, 39,1% não exercem outras atividades agrícolas.

Apesar da disparidade entre os resultados econômicos alcançados na parceria com a Agropalma, de modo geral há um consenso de que o dendê acarretou uma melhoria de renda para as famílias envolvidas. Esta é uma das conclusões de outro estudo, realizado pelo instituto Peabiru por encomenda da Agropalma, que apontou como principais aspectos positivos, além da renda, acesso a crédito e garantia de mercado através da parceria. Já a lista de aspectos negativos inclui alto custo de produção, acidentes de trabalho, dificuldades de comunicação, muito trabalho, intoxicação, dificuldades de administração da renda e segurança.

De acordo com avaliações tanto de moradores de Arauaí quanto do próprio Ministério do Desenvolvimento Agrário, porém, a renda adicional do dendê não necessariamente trouxe melhorias mais amplas na qualidade de vida das famílias. Segundo a presidente da cooperativa de criadores de frango caipira de Moju, Lurdes do Nascimento, nascida em Arauaí, “a maior parte das moradias continua precária. O dendê não trouxe escolas, não

trouxe saúde, e a vida não mudou muito na comunidade”. Opinião parecida foi expressa pelo coordenador de biocombustíveis do MDA, Marco Antonio Leite. “As famílias continuam vivendo em situação ruim. Talvez seja o caso de repensar o modelo de agrovilas adotado em Arauaí, porque entendemos que é muito mais interessante o agricultor familiar ficar em seu próprio lote, por uma série de fatores. O principal é ele não perder a identidade de agricultor, criar a galinha, o porco, etc”.

No município de Tomé Açu, onde o presidente Luiz Inácio Lula da Silva lançou o Programa de Produção Sustentável de Palma de Óleo em abril deste ano, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais vê o modelo de integração agricultura familiar/empresas com desconfiança. De acordo com a presidente do sindicato, Maria de Nazaré Souza – conhecida como Paula –, tanto a submissão a um contrato de dependência de empresas privadas quanto o ônus de assumir grandes dívidas “não é um bom negócio”.



*Prefeitura de Tomé Açu comemora dendê, agricultores nem tanto
Foto: Repórter Brasil*

“Na nossa região, a famílias já têm muitas dívidas no Pronaf. A avaliação é que o risco de pegar R\$ 65 mil para financiar 10 hectares de dendê é muito grande. O povo aqui está com medo de não conseguir pagar e perder a terra. Quando vieram falar de parceria no dendê, a maioria dos agricultores não quis”, explica Paula. Mas acrescenta que o sindicato até se disporia a negociar: “se nos derem as mudas e o adubo de graça e se pagarem dois reais acima do preço de mercado pela nossa produção, podemos até conversar. Porque a empresa

não tem que comprar a terra, não tem que pagar encargos trabalhistas, o ônus e o risco são todos nosso; então tem que pagar mais”.

Uma das novas e mais importantes parceiras dos governos federal e estadual no programa do dendê no Pará, a Petrobrás Biocombustível (PBio) deu início em 2010 a dois projetos distintos: o Projeto Pará, que prevê a produção de 25 mil hectares de palma nos municípios de Igarapé-Miri, Cametá, Mocajuba e Baião em parceria com 1.250 pequenos e 240 médios produtores; e o Projeto Belém, que produzirá óleo para a empresa portuguesa Galp em terras arrendadas na região de Moju e Tailândia.

Segundo Julio Cesar Pinho, gerente de participações em biodiesel da PBio, a empresa ainda não finalizou um modelo de contratos de parceria para a agricultura familiar, que deverá ser apresentado no segundo semestre de 2011, mas já firmou um termo de cooperação com entidades representativas do setor, como Fetagri (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado), Fetraf (Federação dos trabalhadores da agricultura familiar) e Faepa (Federação da Agricultura do Estado do Pará) para negociar a minuta.

Questionado sobre queixas e demandas dos pequenos agricultores, como o controle da Agropalma no processo produtivo dos parceiros em Arauaí, ou pagamento de sobrepreço e outras facilidades exigidos pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tomé Açu, Pinho descarta adotar o modelo da Agropalma, mas também acha difícil atender a todas as demandas dos sindicalistas. “A Agropalma tem ingerência sobre seus parceiros em Arauaí porque, ao aplicar recursos próprios nos projetos, se considera sócia dos pequenos agricultores. O contexto das parcerias da Petrobrás será diferente. Vamos doar as mudas e providenciar a assistência técnica gratuitamente, mas dificilmente poderemos ceder os adubos, que hoje perfazem cerca de 50% dos custos de produção”.

Entraves do modelo de integração

A discussão da integração da agricultura familiar à dendeicultura baseada em prospecções predominantemente econômicas tem sido alvo de críticas de lideranças sociais e comunitárias nos municípios de expansão da palma. “É preciso entender melhor a dinâmica da população rural paraense, que historicamente convive com atividades extrativistas, a rocinha de toco, a pesca, e por vezes tem grandes dificuldades de se adaptar a uma disciplina rígida na prática da agricultura”, avalia Maria dos Reis, agente da Comissão Pastoral da Terra (CPT) em Moju. Segundo Maria, a cultura produtiva do amazônida pode dificultar muito a adaptação às altas exigências de manejo da palma.

Como pioneira na parceria com agricultores familiares, e levando em conta a experiência de cerca de oito anos, a Agropalma faz algumas ponderações sobre a questão. De acordo com Túlio Dias, gerente de responsabilidade socioambiental da empresa, a Agropalma acabou criando uma relação muito próxima com cada uma das famílias parceiras, mas mesmo assim as dificuldades são grandes. “Conhecemos a história de cada uma delas, as condições econômicas, as questões familiares, mas mesmo assim não damos conta de resolver todos os problemas. Se os agricultores não tiverem uma grande motivação, eles não vão bem.

Temos técnicos que trabalham exclusivamente com as famílias, e hoje cerca de 10% dos parceiros estão muito mal. Se não tivesse esse acompanhamento próximo, seriam 30%”, avalia Dias.

Segundo ele, projetos como o da Petrobrás, com mais de mil agricultores, são temerosos. “Com nossos 185 parceiros já é complicado, já temos muitos problemas. Imagine como será com mais de mil famílias. Será preciso muita assistência técnica, muito trabalho no campo. Se o manejo for descuidado, a produção será menor e o custo de produção, no final, bem maior. Isso achata a renda, e o projeto de fracasso do projeto aumenta bastante”.

Questão fundiária: êxodo rural não foi evitado

Além das parcerias com a agricultura familiar, o projeto de dendeicultura na Amazônia prevê a expansão de grandes empreendimentos agroindustriais e de médios e grandes produtores como fornecedores de matéria prima para a indústria de óleo de palma. No Pará, além da Agropalma, entre as principais empresas em funcionamento estão a Refinaria CRA, Denpasa, Codenpa, Refinaria Yossan, Dentauá, Palmasa, Mejer e Marborges. Entre os empreendimentos em processo de instalação, os mais importantes são a Biovale (fusão de empresa pertencente à mineradora Vale com a canadense Biopalma) e a Petrobrás. Empresas como a multinacional ADM e outras duas de grande porte que, segundo o governo, “estão em negociação”, devem ampliar este número.

No tocante às parcerias com a agricultura familiar, um dos gargalos ainda é a grande insegurança fundiária que marca o Pará. Ou seja, a falta de documentação dos lotes de pequenos agricultores impede o acesso ao crédito do Pronaf, essencial para o financiamento da produção do dendê.

Para minimizar o problema, o MDA, através do programa Terra Legal, tem priorizado as titulações de propriedades aptas ao cultivo do dendê nos pólos produtivos. Este processo também envolve a Petrobrás, que tem indicado aos órgãos estaduais – Instituto de Terras do Pará (Iterpa) e Secretaria do Meio Ambiente (Sema) – regiões e áreas de potenciais parceiros onde deverão ser feitos os investimentos em titulação e regularização fundiária e ambiental. “Aqui em Tomé Açu (município onde foi criado um dos viveiros de mudas da Petrobrás) já está ocorrendo a titulação dos lotes, mas assim que dão o documento, já perguntam se o caboclo não quer plantar dendê”, conta o produtor Miguel dos Santos.

Marco Antonio Leite, coordenador de biocombustíveis do MDA, afirma que não vê problema no fato de uma política pública estar sendo direcionada ao atendimento do programa de expansão da palma. Questionado se esta priorização não poderia prejudicar, por deixar descobertas, regiões de grandes conflitos fundiários, como o sul e o sudeste do estado, Leite ponderou que o poder público também deve atuar nestas localidades. “Mas estamos priorizando a regularização fundiária em regiões onde vamos desenvolver programas de geração de renda”, explica.

Já o modelo extensivo de produção de palma apresenta problemas de pressão sobre propriedades familiares, levando, em escala menor, ao fenômeno da concentração fundiária e êxodo rural, tão criticados em países onde a palma tem tido um boom de expansão. É o caso da Biovale, por exemplo, que tem adotado uma forte ofensiva de aquisição de pequenas e médias propriedades desde a sua chegada ao Pará em 2007.



Biovale vem ocupando área cada vez maior no Pará

Foto: Repórter Brasil

Em 2008, quilombolas do município de Concórdia acusaram a então Biopalma de pressionar agricultores a vender suas terras, ameaçando com desapropriações por falta de titulação das áreas, como reportado pelo Centro de Monitoramento de Agrocombustíveis (CMA) da Repórter Brasil em relatório sobre impactos do dendê. A partir de 2009, de acordo com denúncias de agricultores de Bujaru, a empresa também começou a comprar terras na região. "Muitos dos lotes ainda tinham uma cobertura vegetal de capoeirão, que foi todo derrubado pra plantar dendê. Mas o que nos preocupa mesmo é o veneno que a empresa joga na plantação, porque aqui temos 25 famílias que vivem do mel. Esse veneno pode contaminar nosso produto e matar as abelhas", diz a agricultora C.R.

Na mesma direção, o produtor M.L., de São Domingos do Capim, diz que a Biovale teria oferecido pagamentos diferenciados aos pequenos proprietários, de acordo com o "estado" do lote. "Chegaram no meu cunhado e falaram: te pago tanto pelo lote como está. Se você

desmatar antes, te pago mais tanto. Eles querem que sejam os agricultores que cometam os crimes ambientais de desmatamento, assim eles se livram de responder diante da lei”.

Em Tomé Açu, a presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Maria de Nazaré Souza, diz que o sindicato cadastrou cerca de 150 famílias de pequenos agricultores que venderam suas terras para a Biovale. “Em vários casos, a compra foi feita por atravessadores, como o fazendeiro Sergio Ykaua. Ele forçava a venda porque não permitia mais a passagem dos agricultores pelas suas terras. Como a maioria das pessoas não tinha o título dos lotes, eles foram vendidos por R\$ 5 mil, em média. Essa gente que deixou as terras pra Biovale criou as favelas de Portelinha e Bairro Novo, aqui em Tomé Açu”, diz a sindicalista.

Tanto o governo federal quanto o estadual têm manifestado preocupações com o projeto da Biovale em relação aos aspectos ambientais e fundiários. De acordo com o MDA, as denúncias de compras de lote e desmatamento têm sido investigadas, e os técnicos de ambas as instâncias tem procurado negociar ajustes de conduta com a empresa. De acordo com Marco Antonio Leite, do MDA, em reunião com a direção da Vale, a empresa teria afirmado que está cobrando adequações das práticas da Biovale aos termos do Programa de Produção Sustentável de Palma de Óleo. “De qualquer forma, estamos fazendo um mapeamento de todas as terras compradas de pequenos agricultores e vamos pedir à empresa o registro de todas as áreas adquiridas. Se houver irregularidades, possivelmente estas terras terão que ser devolvidas. A compra de propriedades da agricultura familiar é inaceitável”, diz Leite.

Questões trabalhistas

Em abril de 2010, ao lançar o programa do dendê em Tomé Açu, no Pará, o presidente Lula anunciou que, entre os benefícios da cultura, estaria a criação de 23 mil novos empregos agrícolas. Muito demandante em mão-de-obra, o dendê realmente tem grande potencial de geração de postos de trabalho, mas a qualidade destes empregos ainda não mereceu atenção maior por parte dos órgãos federais.

No projeto em estágio de implantação da Biovale em Tomé Açu, por exemplo, problemas trabalhistas são comuns, de acordo com depoimentos recolhidos pelo Centro de Monitoramento de Agrocombustíveis entre trabalhadores da empresa e junto ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município.

De acordo com os trabalhadores, a maioria dos contratos é feita por empreiteiros (gatos), e em muitos casos há problemas com a assinatura de carteira e outros direitos. M.A., que começou a trabalhar para a então Biopalma em 2008 (antes da fusão com a Vale), foi contratado pela empreiteira Moreira Souza para fazer a limpeza da área de plantio. “A gente tirava a madeira para fazer os viveiros e derrubava o capoeirão. Também derrubamos toda a plantação de cacau e outras lavouras das propriedades de pequenos agricultores que foram compradas pela empresa. O salário era de R\$ 510 se atingisse as metas de produção, mas descontavam a alimentação e os equipamentos de proteção individual (EPI), como

botas, luvas, chapéu, facão e lima. Só pararam de descontar os EPIs quando chegou a Vale e a empresa virou Biovale”, conta M.A. Mas segundo ele, ainda há casos de contratações irregulares, de até 45 sem carteira assinada.

Entre os problemas mais comuns, o maranhense J.S., um dos inúmeros migrantes que trabalham em Tomé Açu, aponta falta de depósito do FGTS – “faz oito meses que a empresa não deposita o meu” –, recusa de pagamento de aviso prévio em caso de demissões, rescisões erradas, e não pagamento de horas extras. O Sindicato também acusa a empresa de descontar a contribuição sindical dos trabalhadores, reter o valor e não fazer o repasse. Já em empreendimentos consolidados, onde os trabalhadores atuam principalmente na colheita, poda e adubação do dendezal, ainda ocorrem problemas como falta de EPIs, instalações sanitárias (banheiros), locais adequados para fazer as refeições no campo, e transporte.

Em visita ao dendezal da empresa Marborges, que atua no setor há 18 anos, o Centro de Monitoramento de Agrocombustíveis constatou que a proteção individual da maioria dos trabalhadores se restringe ao uso de botas. Entre os trabalhadores avistados no projeto, nenhum utilizava luvas ou proteção para os braços, rosto e cabeça, e apenas os responsáveis pela aplicação de veneno (herbicida) portavam uniforme de proteção e máscara. “Eles até dão uma luva, mas a gente não acostuma porque não presta pra trabalhar. É de couro muito duro, machuca muito a gente”, afirmou um trabalhador.



Folhas e cacho do dendê têm muitos espinhos

Foto: Repórter Brasil

Segundo ele, o problema maior é a falta de proteção para a cabeça e os braços, já que as folhas e os cachos da palma são muito pesados e têm muitos espinhos. “Uma vez, quando trabalhava na Agropalma, que fornece capacetes para nós, uma folha das grandes caiu na minha cabeça. O espinho chegou a varar o capacete, se tivesse sem poderia ter morrido la mesmo. Mas a gente tem que tomar cuidado mesmo quando está colhendo os cachos mais pesados das palmeiras grandes, que chegam a seis metros ou mais. Um cacho desses pesa 50, 60 quilos, se cair na cabeça de alguém, já era. Um colega teve o ombro estraçalhado quando um desse caiu em cima dele”.

De acordo com os trabalhadores, também não há locais para a refeição no campo. “Aqui cada um traz a sua comida. A empresa até tem um refeitório que fica lá na sede, mas se a gente fosse comer lá, levava pelo menos duas horas de bicicleta para ir e voltar. Não compensa”, explicou um dos funcionários. Quanto ao fornecimento de água, a empresa vendeu uma térmica de cinco litros a cada trabalhador, que fica responsável pela própria ração diária.

Questionada sobre estes pontos, a Marborges afirmou que fornece luvas como parte dos EPIs, e que instalou 18 banheiros e caramanchões para refeição em seus 3 mil hectares de lavoura (uma estrutura a cada 166 hectares), situação já avaliada pela Delegacia Regional do Trabalho.



*Trabalhadores da Marborges: pouca proteção
Foto: Repórter Brasil*

Em relação ao transporte, a Marborges adotou a política de venda de bicicletas aos funcionários, alegando que seria muito complicado instituir ônibus em função da variedade de horários de trabalho e localidades de moradia. “Tem gente que anda todo dia 10, 20 quilômetros de bicicleta para ir e voltar do trabalho. Muita gente tem que sair as 4 h da manhã, e depois voltar debaixo do sol insuportável, ou da chuva. É muito judiado”, diz um trabalhador. Já a empresa afirma que os trabalhadores têm se mostrado satisfeitos com a opção de transporte.

Sobre os pagamentos, os funcionários da Marborges afirmam que recebem um salário mínimo mais um adicional por produção – R\$ 6,70 por tonelada colhida. “Em média, tiramos aqui R\$ 700. Mas a maioria tem muitos gastos, porque vem de fora, tem que pagar aluguel – de R\$ 50 a R\$ 100 por mês – porque não tem alojamento, e a comida está cada vez mais cara. Um quilo de charque no comércio da região chega a custar R\$ 14, isso é muito para nós, fica muito apertado. No fim do mês, às vezes sobra um pouquinho, mas muitas vezes não sobra nada. Nem pra nós, imagina pra mandar pra casa”, conta um trabalhador.

Entre as empresas da região, o emprego mais “cobiçado” é na Agropalma, que “paga melhor e dá mais condições de trabalho”, segundo os trabalhadores. De acordo com Túlio Dias, gerente de responsabilidade socioambiental da empresa, o cumprimento da legislação trabalhista é um dos pontos mais importantes da política de produção da Agropalma.

“Todos os trabalhadores são contratados por nós, e fornecemos EPIs completos, que incluem capacete com viseira, uniforme (calça comprida e camisa), luvas e botas. Assim que ficam velhos ou gastos, trocamos. O transporte é feito por ônibus, que permanece com os trabalhadores no campo durante o horário de serviço, porque têm banheiros, o que é exigido por lei. Na hora das refeições, os trabalhadores são levados a abrigos próximos, que têm mesas e bancos, banheiros e água corrente. A alimentação também é fornecida pela empresa, em marmitas próprias. Funciona assim: de manhã, quando chega no serviço, cada trabalhador entrega a sua marmita, que tem seu número de matrícula, no refeitório. A comida é produzida de acordo com a recomendação de nossos nutricionistas, e é a mesma para trabalhadores e diretores da empresa. No refeitório, as marmitas são enchidas e vão para uma recipiente térmico para serem levadas ao campo. Pelo café da manhã e o almoço, todos nós pagamos R\$ 60 ao mês, o que é muito justo. Mas quem quiser pode trazer a comida de casa. A empresa fornece o recipiente térmico”, explica.



Agropalma garante que fornece EPIs completos
Foto: Agropalma

Dias reconhece que a montagem do esquema de transporte é complexo, mas garante que é eficiente. “Creio que a legislação não permite a substituição dos ônibus por bicicletas. Pela lei, se não existe transporte público para levar o trabalhador para o serviço, a empresa tem que fornecer gratuitamente porque o deslocamento do cidadão é de seu interesse. Para nós, diante dos rendimentos da empresa, os custos com transporte e demais exigências da legislação trabalhista são insignificantes”.

Trabalhadores do dendê: os novos “canavieiros”?

Em função da alta demanda de mão-de-obra e da ainda insuficiente adequação de parte do setor empresarial à legislação trabalhista, o Centro de Monitoramento de Agrocombustíveis da Repórter Brasil considera que a dendeicultura pode ser comparada, em certo grau e dadas as diferenças estruturais, ao trabalho dos cortadores de cana do setor sucroalcooleiro.

Esta correlação se justifica inclusive pelo grau de penúria que caracteriza ambas as atividades, como demonstrou um trabalho de pesquisa na comunidade quilombola de Jambuaçu, que tangencia as áreas da Marborges, em Moju, coordenado pela professora Rosa Acevedo, da Universidade Federal do Pará, para o projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. Em 2007, os pesquisadores do projeto recolheram uma série de depoimentos de trabalhadores do dendê - homens e mulheres, estas últimas responsáveis pelo recolhimento dos frutos que se desprendem dos cachos quando cortados das palmeiras -, transcritos literalmente das gravações feitas in loco e dos quais reproduzimos uma pequena parte:

“Por causa que a gente trabalha abaixada, ajuntando fruta desse jeito olha..., aí me atingiu bastante a minha coluna. Eu trabalhava assim ó..., aí colocando dentro do saco, entendeu?! A gente andava hum..., vamos supor a palmeira né, andava daqui, chegava num terreno aí tornava a apresentar num outro pé a mesma situação. E é o dia todo carregando. As vezes colocava na costa por aqui e ia pegando. O dia todinho. A gente colocava uma média de uns 30 quilos na costa assim levando, ainda colocava mais um baldinho. Só você aí olhando pra ver o sofrimento como eu passava; 4 anos e 5 meses que eu trabalhei lá. O salário era os 350 ainda, né. Aí na compensação que eu trabalhei esses 4 anos e 5 meses, aí eu recebi só 2.600”. - *Maria Leonice Correa da Silva, catadora de dendê*

“Eu era cortador de cacho. O corte é feito com foice ou sacho, que tem uma lamina muito afiada. O cortador tem perigos e riscos. Tem que ter cuidado com o cacho, com a palha e tem que se cuidar. O acidente com a palha do dendê é porque tem um espinho, uma palha caiu aqui na minha mão e ainda tenho a marca do espinho” - *Luis de Moraes Aires, cortador de cacho*

“Os cachos de dendê inteiro de 60 quilos, carregam pra colocar na charretezinha e o boi vai levando. É muito sofrimento! Um rapaz lá, ele sofreu problema de coluna de tanto ele carregar os cacho de dendê, só pra pegar dum pé pra colocar dentro da charrete. Já pensou? É muito ruim, pesado demais mana, muito pesado” - *Valcley Almeida, carregador*

Nos registros de organizações que atuam no combate ao trabalho escravo, como a Comissão Pastoral da Terra e a própria Repórter Brasil, ainda não constam casos de libertações na cultura do dendê, mas a preocupação de que o crime possa ocorrer no setor em função da expansão fortemente incentivada pelas políticas públicas e da ainda insuficiente fiscalização dos órgãos competentes no setor, é grande.

De acordo com Marco Antonio Leite, do MDA, o ministério não tem incluído a questão trabalhista nos processos de acompanhamento dos projetos de palma, restringindo a sua atuação às questões fundiárias e ambientais. Também é importante ressaltar que em nenhum dos mecanismos de regulamentação da cultura do dendê, como o zoneamento, o Programa de Produção Sustentável de Palma de Óleo e o Projeto de Lei do dendê consta a questão trabalhista.

Se considerarmos que apenas a Biovale, alvo de denúncias de trabalhadores e agricultores familiares nos últimos anos, e fonte de preocupação dos agentes federais e estaduais, pretende implantar cerca de 60 mil hectares de dendê até 2013, e diante da urgência do

governo estadual de gerar novos postos de trabalho no Pará, a necessidade de acompanhamento da qualidade destes empregos se faz urgente.

Se cumpridas as metas do governo do Pará de integração de 14.500 médios e grandes produtores à dendeicultura até 2014, é previsível que problemas trabalhistas no setor possam vir a ser um fator de desconstrução do programa brasileiro de dendê no mercado internacional, assim como já ocorre com o setor sucroalcooleiro, a despeito das medidas de prevenção de impactos fundiários e ambientais.

Impactos ambientais

De acordo com o Zoneamento do dendê, o Brasil terá disponíveis 31,8 milhões de hectares para o plantio legalizado da cultura, dos quais quase 30 milhões de hectares estão na Amazônia Legal.

Apesar de ser uma espécie exótica (não nativa do Brasil), a palmeira do dendê teve uma boa adaptação às condições edafoclimáticas da Amazônia, não apresentando riscos de invasão de áreas florestais ou outros impactos ambientais relevantes. Mas a expansão massiva de grandes monocultivos de palma em um dos biomas mais megadiversos e sensíveis do mundo pode afetar o seu equilíbrio ecológico de formas ainda não previstas, avaliam pesquisadores da região.

Como já mencionado anteriormente, um dos fatores decisivos para o bom desempenho do dendê é a adubação continuada da palmeira nos seus 25 anos de ciclo produtivo. Em 10 hectares de dendê, que comportam uma média de 1600 palmeiras, a aplicação de adubo químico (basicamente NPK) gira em torno de 9,6 toneladas anuais (cada planta adulta recebe cerca de 6 kg/ano de adubo). Adicionalmente, cada palmeira sofre de três a quatro coroamentos (limpeza do mato ao redor) à base de herbicida (glifosato) por ano. Ainda não existem estudos sobre os possíveis impactos do uso massivo de produtos químicos nos dendezais sobre a biodiversidade e os cursos d'água na Amazônia, nem há levantamentos sobre possíveis problemas de intoxicação de agricultores familiares e trabalhadores que manejam os venenos, mas pesquisadores procurados pelo Centro de Monitoramento de Agrocombustíveis afirmaram que a questão é preocupante.

Já a pressão dos cultivos de palma sobre áreas florestais tem recebido uma atenção especial por parte do governo, uma vez que o desmatamento causado pelo dendê em outros países, como mencionado anteriormente, é um dos principais focos de críticas à cultura. A proibição e a previsão de punição para crimes de desflorestamento constam tanto do Zoneamento quanto do Projeto de Lei (PL) do dendê, e foram incluídas no Programa de Produção Sustentável de Palma de Óleo.

Os mecanismos de coibição, no entanto, só passarão a valer legalmente a partir da aprovação do PL, que tramita na Câmara Federal em caráter conclusivo (não precisará passar por votação do Plenário) e será analisada pelas comissões de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento

Rural, e de Constituição e Justiça e de Cidadania. Entrementes, o Pará já tem seu primeiro caso de desmatamento licenciado pela Secretaria de Meio Ambiente (Sema) para plantio de dendê, caso que inclui a ameaça de expulsão de 150 famílias de suas terras.

Caso Palma Amazônia

Um primeiro caso de desmatamento visando limpeza de área para plantio de dendê vem ocorrendo desde julho de 2010 na fazenda Santo Antonio I, propriedade no município de Moju titulada em nome de José Luis Antunes Martins e arrendada por uma empresa chamada Palma Amazônia Florestal Ltda. Localizada às margens do rio Moju, a Fazenda Santo Antonio é habitada há mais de 50 anos por uma comunidade de cerca de 150 famílias de ribeirinhos, que, de acordo com a Comissão Pastoral da Terra (CPT), tem reivindicado há mais de dois anos o reconhecimento de seus direitos sobre a área junto ao Instituto de Terras do Pará (Iterpa).

Procuradas pelas lideranças da comunidade em meados de 2010, a Associação de Agentes Voluntários Ambientais do Moju (Aavam) e a CPT tomaram a iniciativa de denunciar o caso como situação de conflito de terras e de desmatamento para fins de cultivo de dendê aos ministérios públicos Estadual e Federal, ao Iterpa, à Sema e ao Ibama. De acordo com Manoel Benedito da Costa Santos, presidente da Aavam, os ribeirinhos já estariam sofrendo pressões por parte de um gerente da Palma Amazônia, que teria afirmado que a área seria usada para o plantio de palma e teria que ser desocupada. “O gerente também falou que aqueles que quisessem poderiam ficar para trabalhar no projeto do dendê”, conta Santos.

Desde que encaminhou a denúncia aos órgãos públicos, o presidente da AAVAM iniciou uma peregrinação de reuniões nas diversas instâncias, mas nenhuma solução foi apontada para o problema. De acordo com o Iterpa, a situação dos ribeirinhos é complicada porque a titulação da fazenda para José Martins está regular do ponto de vista legal. Já a Sema, que autorizou o desmatamento de 534,5 dos 3,5 mil hectares da propriedade, nega qualquer irregularidade.

Procurada pelo Centro de Monitoramento de Agrocombustíveis, a Secretaria, que confirmou que a área desmatada se destinará ao cultivo de dendê, se limitou a responder com uma nota, na qual afirma que "a Sema concedeu Autorização de Supressão Vegetal e Licença de Atividade Rural (LAR), para a empresa Palma Amazônia Ltda, na Fazenda Santo Antonio I, no município de Moju, obedecendo critérios técnicos e normas jurídicas, dentro da legalidade. A Sema ainda constatou com a presença da fiscalização in loco a inexistência de conflitos agrários/fundiários na área". De acordo com Manoel Santos, porém, nenhuma visita, vistoria ou fiscalização foi realizada na área antes da licença de desmatamento.



Desmatamento autorizado pela Sema para plantio de dendê

Foto: MDA

A Repórter Brasil também levou a questão ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, que considerou a situação bastante grave. Por solicitação do coordenador do programa de biocombustíveis, Marco Antonio Leite, nos dias 7 e 8 de outubro o agrônomo José de Arimatéia Pereira dos Santos, técnico do ministério, foi ao local acompanhado por Manoel dos Santos e verificou a situação de desmatamento, retirada de madeira e queimada da mata, denunciada pelo presidente da Aavam.

De acordo com o parecer técnico do agrônomo, “no local contatou-se a atividade de supressão vegetal e queima de floresta tropical em estágio de regeneração (...). Através de georeferenciamento com GPS foi possível estabelecer que aproximadamente 29,90 ha de floresta tropical sofreram processo de supressão e queima na Fazenda Santo Antonio 1, correspondendo a aproximadamente 0,84% da área total da propriedade”. Nas conclusões, o técnico reconheceu que o desmatamento era legal por ter recebido autorização do órgão competente, mas ponderou que “mesmo considerando o Programa de Produção Sustentável de Palma de óleo no Brasil, que através de projeto de lei proíbe a supressão vegetal para a expansão da cultura da palma de óleo, ainda não há amparo legal para proibir desmatamentos, uma vez que o PL ainda se encontra em tramitação”.

A Repórter Brasil, Marco Antonio Leite reconheceu que, independentemente da situação de legalidade do empreendimento no atual estágio, o caso é extremamente prejudicial para o

projeto de sustentabilidade da dendeicultura. O coordenador do MDA também disse compartilhar o estranhamento de que nada se sabe sobre a Palma Amazônia – a Repórter Brasil buscou informações sobre a empresa em todos os órgãos competentes e junto a outros projetos de dendê, mas nenhum dado nem contatos foram apresentados. Apenas foi possível apurar que o nome do dono é Edmar Rufino Borges, residente no mesmo endereço constante como sede da empresa. “Vamos convocar o sr. Edmar Borges para uma conversa com o ministério. Até agora, todas as empresas que estão planejando atividades na dendeicultura se apresentaram e conversaram conosco. Sobre a Palma Amazônia, realmente ninguém tem informações, eles nunca nos contataram”.

Sobre o questionamento acerca dos problemas fundiários envolvendo as famílias que hoje ocupam a fazenda, Leite foi evasivo. “No que tange a questão fundiária, ficou claro que a empresa, em reunião com as famílias, manifestou interesse em resolver a situação, e ficou acordada a demarcação e regularização dos lotes através de escritura pública”, afirmou. Este posicionamento se baseia na ata de uma reunião realizada em junho de 2010, na qual o empresário teria afirmado sua disposição de regularizar a situação dos ribeirinhos.



*Comunidade que vive na Fazenda Santo Antonio e que poderá ser despejada
Foto: MDA*

O Iterpa, no entanto, confirmou à Repórter Brasil que tal afirmativa carece de fundamento, porque não compete a um arrendatário – no caso a Palma Amazônia – intervir sobre a situação legal de um imóvel de terceiros (no caso, o fazendeiro José Martins). O caso Palma Amazônia é um primeiro exemplo de desvio das metas de sustentabilidade socioambiental estipuladas pelos governos federal e estadual para a dendeicultura.

A participação da Sema, que autorizou o desmate da área com conhecimento de que esta se destinaria à produção de palma, levanta alguns questionamentos sobre a futura eficiência dos protocolos de intenção firmados entre governo e empresas no Pará, ou da própria legislação, a partir da aprovação do PL do dendê. Até a conclusão deste relatório, os problemas ambientais e a ameaça de expulsão das 150 famílias que ocupam a Fazenda Santo Antonio I não tiveram solução.

Considerações finais

Lançado em 2004 com o objetivo de alavancar as energias renováveis no Brasil e ao mesmo tempo criar uma nova alternativa produtiva e de inclusão social para a agricultura familiar, o Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB) completa seis anos tendo incluído apenas metade das 200 mil famílias previstas nas metas iniciais.

Depois de uma traumatizante experiência com a Brasil Ecodiesel nos primeiros quatro anos do PNPB, a entrada da Petrobrás Biocombustível no mercado do biodiesel, com duas usinas no Nordeste e uma em Minas Gerais, deu um novo impulso à participação de pequenos agricultores nessas regiões, mas matérias-primas típicas da agricultura familiar, como a mamona e o dendê, ainda são parte irrisória da composição do biodiesel nacional.

Nos estados do Nordeste, produtores ligados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) avaliam positivamente as parcerias com a Petrobrás, mas seu papel na cadeia produtiva, limitada ao fornecimento de matéria-prima, ainda é uma das principais críticas ao PNPB. No Sul, onde a estatal ainda não tem uma presença mais forte, é a auto-organização dos pequenos agricultores (principalmente produtores de soja) que está alavancando a sua participação na produção de biodiesel a partir de negociações com usinas do setor.

Já no Norte, o governo está criando um novo projeto de produção de dendê com participação da Agricultura Familiar, que deve enfrentar grandes desafios. Apesar dos esforços para criar mecanismos que imprimam um caráter de sustentabilidade social e ambiental à cultura, problemas como concentração fundiária, expulsão de famílias de suas terras, violações de direitos trabalhistas e desmatamento já marcam projetos de dendeicultura no Pará, principal Estado produtor do país.

É inegável o esforço de setores do governo e da própria Petrobrás para fortalecer o componente social na cadeia do biodiesel. Não é à toa que desde 2008 o número de famílias integradas ao programa tem aumentado e novas matérias-primas tornam-se opção, ainda que extremamente tímidas, para as usinas. Mas os agricultores familiares e os movimentos sociais que os representam querem mais – e tem todo o direito de exigirem isso.

Primeiro, porque a opção da política pública que concebeu o Selo Combustível Social empodera desigualmente usinas e agricultores. São as usinas que recebem diretamente benefícios fiscais, financiamento de bancos públicos para sua infra-estrutura e o poder de decidir de quem e qual matéria-prima comprar. Ainda que as associações de produtores tenham a obrigação de avaliar os contratos com as usinas, esse poder de veto se mostrou frágil em episódios recentes.

Segundo, porque, com pouca assistência técnica e crédito – ainda que em volumes crescentes –, os agricultores familiares têm enfrentado as maiores dificuldades para ampliarem a produtividade de suas culturas. Sem volume de produção, eles pouco podem oferecer às cadeias do biodiesel. Vale aqui lembrar que o MDA previa esse problema quando concebeu o Selo Combustível Social, e por isso defendia que o aumento da mistura do B1 ao B5 fosse feita lentamente, até pelo menos 2013, para que houvesse tempo para capacitar os produtores. O intenso lobby das empresas, porém, acelerou a entrada em vigor do B5 para 2010.

Terceiro, porque o Selo Combustível Social sofre resistência de empresas de biodiesel. Na opinião de uma parcela do empresariado, a obrigação de compra de matérias-primas colhidas por pequenos produtores reduz a rentabilidade econômica do negócio e o torna mais complexo. Isso significa que caso o arranjo político que sustenta o Selo seja fragilizado ou desfeito, a história do biodiesel no Brasil pode se aproximar cada vez mais da do etanol, em que as usinas ditam as regras do jogo.

O PNPB e o Selo Combustível Social são exemplos de como uma política pública pode induzir o desenvolvimento econômico e social. Em menos de seis anos de existência do programa, dezenas de bilhões de reais já foram investidos para levantar, a partir do zero, um parque industrial hoje composto por 62 usinas em quinze Estados brasileiros, capazes de produzir 14,4 mil metros cúbicos do combustível por dia. Esses números já colocam o país entre os três maiores produtores mundiais do combustível. O desafio é levar esse sucesso aos agricultores familiares, historicamente alijados das grandes metas agrícolas nacionais, mas que podem efetivamente cumprir um papel importante na cadeia do biodiesel, produzindo óleos alternativos ao da soja e desenvolvendo técnicas mais sustentáveis de cultivo do que as empregadas pelas grandes monoculturas.

Expediente

Repórter Brasil

Organização de Comunicação e Projetos Sociais

Coordenação geral

Leonardo Sakamoto

Centro de Monitoramento de Agrocombustíveis

Marcel Gomes (coordenação)

Antonio Biondi

Verena Glass

Suporte financeiro

Fabiana Garcia

Suporte administrativo

Edilene Cruz

São Paulo

Rua Bruxelas, 169, São Paulo-SP, CEP 01259-020

Telefones: (55) (11) 2506-6570

biobr@reporterbrasil.org.br

Apoio



Solidaridad